



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

ATA N.º 3

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Arraiolos, pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na sala de reuniões do edifício Arraiolos - Multiusos.

Estiveram presentes:

- Jerónimo José Correia dos Loios - Presidente
- Isaura da Conceição Serra Barreiros – 1ª. Secretária
- José Augusto Silva Rosalino – 2º. Secretário

E os membros:

Mário Pedro Godinho Barreiros; Paula Alexandra Bexiga Pastaneira; Maria Manuel Pimpão Gabriel; Isalina de Jesus Pereira; Manuel Dinis Passinhas Cabeça; Catarina Cartaxo Correia dos Loios; José Manuel Nunes Pinto; Francisco Marcos Toquito Coelho Barbeiro; Joana Rosa Martins Carreiras; Pedro Manuel Martins Silveira; Tomás Inácio de Piva Calhau; Maria Gabriela Pontes dos Loios Galveias; Carlos Octávio Varelas; Nuno Manuel Valadas Rebocho; Francisco Miguel Correia Fortio; Daniel Fernando Canôa Coelho e José Joaquim Branco Lopes.

Do órgão executivo estavam todos presentes, a srª. Presidente e os vereadores Jorge Macau, João Campos, Delfina Lima e António Traguedo

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Discussão e votação da ata:

Presidente da Assembleia: Colocou à discussão o projeto da ata nº 2 da sessão ordinária de quinze de setembro do corrente ano, o qual havia sido remetido, antecipadamente, a todos os membros.

Pelo sr. Presidente foi proposto duas pequenas correções ao texto dos pontos 4 e 9, as quais foram aceites, procedendo-se de seguida à votação, verificando-se a sua aprovação, por unanimidade, dos presentes na referida reunião.

Não participou na apreciação e votação o membro Francisco Barbeiro, uma vez que não esteve presente



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Correspondência:

Foi distribuída, para conhecimento, uma relação da correspondência recebida, entre os meados de outubro e a presente data.

Conforme ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes membros:

- Sr^a. Isaura Serra, 1^a secretária da Mesa que tendo representado este órgão no Congresso da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses partilhou o que ressaltou do mesmo, nomeadamente, a eleição dos órgãos dirigentes para os anos 2017-2021 e a proposta de Resolução aprovada tendo por base o tema “DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS”.
- Sr^a. Maria Manuel realçou os equipamentos existentes no Parque Infantil de Arraiolos que possibilita a utilização por vários grupos etários, no entanto, considera que o escorrega existente não está adaptado para crianças pequenas, dada a inexistência de escadas que facilitem a sua utilização, questionando uma possível alteração.
- Sr^a. Paula Pastaneira felicitou o município pela obra de requalificação da sala do 1^o. piso do gimnodesportivo, tanto a nível do teto como do piso, sublinhando a importância do espaço para os alunos e professores, no exercício de várias modalidades desportivas. Lamentou que o projeto da Aldeia da Terra tenha terminado, muito embora, reconheça que o “time” em que ocorreu, não tenha sido o melhor, mas julga que deveria ter havido um esforço para a sua continuidade no nosso concelho. Referindo-se à Mostra Gastronómica considera que deveria ser revista, pois, muito embora, não tenha dados pareceu-lhe que este ano houve redução a nível de clientes na restauração das Tasquinhas, o que leva a crer que deverá ser avaliado o modelo, de forma a melhorar a nossa Mostra. Por fim, sugeriu que a folha impressa com a relação da correspondência fosse num formato reduzido, de forma a poupar papel e a contribuir para a melhoria do ambiente.
- Sr. Nuno Rebocho chamou a atenção para as seguintes situações: a inexistência no site do Município das atas da Assembleia Municipal dos anos 2016 e 2017; para a necessidade da conclusão das obras na rotunda à entrada da Igreja, faltando a colocação de sinalética e marcações e para a situação, já anteriormente colocada em Assembleia Municipal, relativamente à deterioração do piso da EM 527-1 (Igreja – Évora) face às árvores existentes, solicitando ainda uma intervenção a nível de corte da copa das mesmas, uma vez que já prejudicam alguns veículos altos.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

- Sr. Tomás Calhau colocou três questões à Câmara Municipal, a primeira relativa à iluminação da praça que continua sem qualquer alteração, muito embora, tenha sido referido em anterior reunião que iria ser remodelada, a segunda sobre a possível solução para o afastamento dos pássaros das árvores do jardim, de forma a evitar problemas de saúde nos munícipes e até mesmo o prejuízo causado nos veículos que estacionam na zona e por fim o problema do aparecimento de água no Multiusos.

Dada a ausência de inscrições, o sr. Presidente da Mesa informou que oportunamente as atas em falta serão colocadas na página da internet, de seguida deu a palavra à sr^a. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, seguindo-se um segundo período para colocação de questões que entendessem.

A sr^a. Presidente da Câmara respondeu que o parque infantil foi requalificado tendo em conta os vários grupos etários e de acordo com as normas aplicáveis para o espaço, no entanto, será colocado à empresa fornecedora dos equipamentos a possibilidade de colocação de escada. Relativamente a Aldeia da Terra informou que a Câmara Municipal também lamenta a situação dado se tratar de um projeto de grande interesse, mas a situação surgiu em altura imprópria, a pouco tempo das eleições autárquicas. Quanto à Mostra Gastronómica não partilha da mesma opinião de ter havido menos gente nos restaurantes, até porque, os proprietários manifestaram o contrário, no entanto, concorda que deverá haver algo novo de forma a tornar a iniciativa mais dinâmica, cujo assunto já está a ser reavaliado por parte dos serviços. Sobre as obras na Igreja referiu que a Câmara têm pressionado com regularidade a empresa para terminar os trabalhos, quanto ao piso da estrada foi avaliado pelos técnicos que ficaram de apresentar uma solução para o problema que revela alguma complexidade. Relativamente à alteração da luminárias da Praça informou que está previsto a alteração, mas tem havido atraso na apresentação do projeto para a sua execução, sobre os pássaros informou que já foram feitas várias tentativas e nada têm resultado, inclusivamente, foi colocado o problema ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas que não têm resposta, todavia, continuam à procura de uma solução que amenize a situação. Por fim, o problema da água no Multiusos têm vindo a persistir após vários arranjos da cobertura.

Não havendo mais intervenções o sr. Presidente da Mesa deu por encerrado este período passando ao seguinte:

Período da Ordem do Dia

A Assembleia foi convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Informação sobre a atividade municipal;**



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

2. 3ª. Revisão ao Orçamento de 2017;
3. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018;
4. Normas de Execução do Orçamento 2018;
5. Mapa de Pessoal;
6. Participação variável no IRS para 2018;
7. Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;
8. Taxa de Derrama;
9. Aditamento à Tabela de Taxas;
10. Proposta de fixação, para o ano de 2018, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP);
11. Acordos de execução de delegação de competências com as Juntas de Freguesia do Concelho;
12. Contratos interadministrativos a celebrar com as Juntas de Freguesia do Concelho

1. INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL:

Presente a informação emitida pela srª. Presidente da Câmara Municipal relativamente à atividade que decorreu entre os meados de outubro e a presente data, no cumprimento da alínea c), do ponto 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual foi antecipadamente distribuída a todos os membros.

Usou da palavra a Srª. Maria Manuel que verificando terem sido realizados 2 contratos de avença para serviços gerais questiona porque não foi tido em conta essa necessidade aquando da abertura dos concursos que decorrem e o porquê da ausência de referência ao contrato celebrado com a Ângela Arnaud, para a área de desporto,.

A sra. Presidente da C. M. esclareceu que esse concurso foi considerado trata-se do procedimento para o lugar de Tapeteira que inclui essas funções, quanto ao contrato foi mencionado na informação de setembro.

A informação ficará arquivada na pasta auxiliar de atas/2017.

2. 3ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2017:

Submetida a proposta da 3ª. Revisão ao Orçamento de 2017 com um valor de 393,12€ (trezentos e noventa e três euros e doze cêntimos).



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Usando da palavra a sra. Presidente da Câmara justificou a necessidade da revisão dado o Orçamento ser omissivo de rubrica de forma a arrecadar os juros do FAM – Fundo de Apoio Municipal.

Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação do documento, sendo aprovado por maioria, com dezassete votos favoráveis e três abstenções dos membros: Paula Pastaneira; Manuel Cabeça e Nuno Rebocho.

3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2018:

Foi presente a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018 para efeitos da alínea a) do nº. 1 do artº. 25º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a qual foi remetida antecipadamente a todos os presentes.

Verificou-se que os totais da Receita e Despesa ascendem a 10.947.884,00 € (dez milhões, novecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e quatro euros),

Usando da palavra a srª. Presidente da C. M. fez uma breve introdução à documentação referindo que se trata da continuidade da gestão autárquica de anos anteriores destacando as principais ações a desenvolver que serão a educação - espaços escolares, a área social, desporto, cultura e ordenamento do território. Continuando frisou alguns aspetos negativos do Orçamento de Estado que passa pela continuidade da contribuição para o Fundo de Apoio Municipal e das limitações existentes à contratação de serviços, o pagamento para o Serviço Nacional de Saúde e a manutenção da taxa de IVA de 23% na faturação da iluminação pública, a qual deveria passar a 6%. Quanto aos pontos positivos mais importantes para o Município salientou a não aplicação da LCPA e a recuperação das competências municipais relativas ao recrutamento de recursos humanos.

O sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a documentação, tendo usado da palavra os seguintes membros:

- *Sr. Manuel Cabeça* felicitou todos os presentes, e afirmou que a posição do Partido Socialista sobre a proposta será de abstenção, de seguida, procedeu à leitura de um documento no qual expressa o respeito pela democracia e pelo resultado eleitoral das últimas eleições. Refere que o Partido Socialista não se revê na proposta do orçamento que revela ausência clara de uma aposta para o desenvolvimento do concelho, ausência de um espírito aberto e de participação dos munícipes. Salaria o desrespeito que o PCP têm por este órgão municipal sendo revelador ao incluir numa Ordem de Trabalhos com 12 pontos, que não é mais do que despachar. Alega que é mais um Orçamento que se mantém inalterado de ano para ano e que se limita a gerir o quotidiano sem qualquer criatividade e ousadia para atrair investimentos ou ser complementaridade a Évora ou a



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Estremoz. Questionou sobre os objetivos estratégicos para o próximo ano que promovam um aumento do investimento tal como é evocado no Orçamento, qual o papel do Município para melhoria do sucesso escolar do concelho, de forma a contribuir para a alteração das taxas de escolarização, que segundo os números oficiais são das piores do Distrito, ou das taxas de retenção dos alunos do 2º. e 3º. Ciclos, que têm abandonado para concelhos vizinhos, o que se perspetiva a nível cultural, social e até comercial para o Cineteatro e por fim como pensa o Município envolver e chamar à participação as associações locais, regionais e nacional no âmbito da ação cultural local.

- *Sr. Francisco Barbeiro* aproveitou para desejar a todos um bom mandato e votos de Boas festas. De seguida, dando continuidade à análise do anterior membro citou que as ações referidas na Indústria e Energia não revelam qualquer perspetiva para evitar o êxodo da população. Quanto ao Turismo refere que as ideias apontadas apenas são direcionadas para a sede do concelho não compreendendo porque são ignoradas as freguesias.
- *Srª. Maria Manuel* salientou que o documento é revelador de ausência de algumas propostas incluídas no programa eleitoral, nomeadamente, a criação de Escola Agrícola, a proteção do meio ambiente e conservação da natureza, a criação de áreas protegidas na zonas do Divor e Ribeira de Tera e algumas alterações de jardins e espaços verdes. De seguida, solicitou esclarecimentos sobre as ETARs, nomeadamente, a quem pertencem e quais serão alvo de intervenção, no capítulo de Agricultura a que protocolos se referem e por fim porque consta nas ações/projeto o Tapete Está na Rua 2017.
- *Srª. Paula Pastaneira* referiu que sendo um dos grandes objetivos aumentar a qualidade de vida da populações não compreende porque são reduzidos os apoios ao associativismo, quando deveriam ter sido reforçados, tendo em conta o seu papel social e muito importante no desenvolvimento do concelho. De seguida, colocou algumas questões sobre:
 - o projeto de criação de espaço infanto-juvenil alertando, mais uma vez, para a necessidade da existência de uma estrutura física permanente para o desenvolvimento das atividades de ATLS que dê segurança a toda a comunidade educativa;
- o que se prevê no apoio à natalidade, enaltecendo a sua inclusão, que há muito vinha sendo colocada pelo Partido Socialista;
- o que se prevê com a beneficiação das piscinas, dado o reduzido valor para as necessidades, sugerindo, ainda, uma intervenção no espaço do 1º. Piso, de forma a ser alugado durante o verão;
- Por fim, o que se prevê com o projeto Viveiro de Empresas, será que irá contribuir para atrair investidores para o concelho



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Usando da palavra, a sr^a. Presidente da Câmara Municipal afirmou que o orçamento tem estratégias claras onde se destacam vários projetos, entre os quais o da Educação – sucesso escolar – em parceria com o Agrupamento de Escolas de Arraiolos. Referiu que o sucesso escolar do Agrupamento anda na ordem dos 85%, sendo de lamentar é que o PS tenha encerrado algumas escolas do concelho, pois, decerto que os resultados seriam ainda melhores.

Sublinhou que um dos investimentos a desenvolver em 2018 - o Cineteatro em Arraiolos - irá dar resposta em várias áreas: cinema, teatro e outras atividades, no entanto, embora esteja a decorrer a obra a Câmara Municipal tem procurado manter a estratégica cultural destacando, atualmente, um projeto conjunto com o Teatro Ensaio envolvendo a comunidade.

Referiu ainda que a Câmara Municipal tem vários investimentos previstos em todas as freguesias como a beneficiação da EB1 de Igrejinha, a requalificação do Largo Santa Clara em Sabugueiro, o parque urbano de Vimieiro, a beneficiação de arruamentos nas várias localidades. Continuando, informou que durante o mês de janeiro irão iniciar os cursos de tapetes de Arraiolos, numa parceria com a Associação Monte, sendo numa primeira fase para as casas de tapetes. Quanto às ETARs e de acordo com o previsto na parceria com a Agda (que foi objeto de aprovação por parte da Assembleia Municipal no mandato anterior) já passaram Arraiolos, S. Pedro, Igrejinha e Vimieiro. Relativamente ao protocolo/parceria referido em agricultura respeita a acordo com a CNA que promove sessões de esclarecimento nas freguesias aos agricultores e apoia na apresentação de candidaturas. Sobre o apoio à natalidade informou que está a ser preparado pelos serviços, não tendo dados concretos de momento. Esclareceu ainda que uma das rubricas que irá ser reforçada com o saldo da gerência anterior será o apoio às associações, cuja abertura dos apoios será aberto brevemente de acordo com o Regulamento existente. Quanto às piscinas referiu que o valor previsto será para o projeto de eficiência energética, embora seja intenção proceder a alguma remodelação de forma a melhorar os balneários. Finalizando informou que o projeto “Viveiro de Empresas” trata-se de uma possível candidatura, que em caso de aprovação será necessário um espaço para avançar com o mesmo.

- *Sr. Francisco Barbeiro* referiu não ter havido qualquer resposta às suas questões, considerou o valor previsto para a iniciativa “Vimieiro Terra de Músicos e da Música” muito reduzido, que na sua opinião merecia alguma relevância. Sobre a requalificação do parque urbano questionou sobre a mesma, dado que o valor previsto ser muito reduzido.
- *Sr. José Manuel* perguntou diretamente ao sr. Manuel Cabeça quando foi desconsiderada a Assembleia Municipal, pois na sua opinião não lhe parece ter havido qualquer desconsideração. Quanto à extensão da ordem de trabalhos basta constatar que são questões correntes da legislação em vigor que carecem de deliberação deste órgão. Fez um reparo ao insucesso escolar do concelho que muito



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

se deve às políticas dos anteriores Governos que levaram ao encerramento de escolas no nosso concelho vindo a concentrarem muitos alunos por turma. Quanto ao espaço para ATL's lamentou as políticas anteriores que levaram ao encerramento de espaços que existiam e que funcionavam bem passando essa responsabilidade para as Câmaras Municipais.

- *Sr. Manuel Cabeça* referiu que a Assembleia é o órgão mais importante do Município, pois dá posse aos membros da Câmara Municipal e deve ser neste órgão o espaço que deverão ser debatidas as ideias, independentemente, das diferenças que separam o PS do PCP que a nível nacional funciona e a nível local há divergências sendo uma delas o conformismo referindo que falta ao PCP ousadia e falta de criatividade. Continuando afirmou não ter havido por parte da Sr^a. Presidente uma resposta plausível à sua intervenção, mas respeitando a expressão eleitoral concelhia reafirmou que este Orçamento nunca poderia ser do PS. Colocou ainda duas questões a primeira sobre a rubrica da habitação que considera haver ideias que poderão colidir pois prevê-se a reabilitação das habitações degradadas e a promoção de novas zonas de expansão de loteamentos, a segunda interrogando sobre o número de estaleiros que a C.M. têm dispersos pelo concelho e alguns causando uma má imagem, dando como exemplo, o situado junto à EN4.

Usando da palavra, a sr^a. Presidente esclareceu que a iniciativa Terra de Músicos e da Música - Vimieiro - será uma das rubricas a ser reforçada posteriormente, pretendendo-se que a realização envolva não só o Município como todas as associações locais. Relativamente ao projeto do Parque Urbano de Vimieiro informou que está praticamente concluído e contempla florestação que será iniciada por ocasião da Primavera, a criação de um campo de **padel** e de um parque canino. Quanto ao parque industrial de Vimeiro referiu que irá ser efetuado um inquérito à população de forma a que o projeto de ampliação seja de acordo com as necessidades. Sobre o Turismo comunicou que é intenção da Câmara Municipal realizar um plano turístico que envolva todas as freguesias, pois todas elas têm pontos de interesse que deverão ser divulgados, de forma a atrair mais visitantes. Esclareceu que o referido na rubrica habitação são assuntos distintos, sendo a reabilitação um projeto social de apoio a pessoas carenciadas e a expansão dos loteamentos destina-se à venda de terrenos para fins habitacionais.

- *Sr. Tomás Calhau* referiu que na rubrica da Educação se prevê manutenção e aquisição de materiais, apoios sociais a alunos, transportes escolares, etc questionando se o Ministério da Educação comparticipa financeiramente. Elogiou a gestão da Câmara Municipal que têm conseguido manter os pagamentos em dia, e, têm mantido os apoios às Associações/Coletividades de todo o concelho, que sem eles não conseguiriam manter a atividade. Salientou ainda que o Orçamento está feito para a



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

realidade do concelho e de acordo com o programa eleitoral cujas propostas são para 4 anos. Por fim, enalteceu a nossa vila que tem merecido muitos elogios de quem nos visita.

A sr^a. Presidente da Câmara informou os valores recebidos até à presente data relativos ao protocolo de educação e Fundo Social Municipal.

Não havendo mais intervenções, o sr Presidente colocou a documentação à votação, tendo sido aprovada, separadamente, com treze votos favoráveis e sete abstenções dos membros: Paula Pastaneira; Maria Manuel; Manuel Cabeça; Francisco Barbeiro; Gabriela Galveias; Nuno Rebocho e Joana Carreiras.

4. NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 2018:

Apresentado o regulamento que estabelece as normas e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, o qual aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2018.

A sr^a. Presidente da C. M. fez um breve resumo do documento salientando três artigos a constituição do Fundo de Maneio, os compromissos plurianuais e a possibilidade de contratação de empréstimos a curto prazo para situações urgentes de tesouraria.

Não havendo qualquer pedido de intervenção o sr. Presidente da Mesa colocou-o à votação, o qual foi aprovado, por maioria, com catorze votos favorável e seis abstenções dos membros: Maria Manuel; Manuel Cabeça; Francisco Barbeiro; Gabriela Galveias; Nuno Rebocho e Joana Carreiras.

5. MAPA DE PESSOAL PARA 2018:

Pelo sr. Presidente da Mesa foi apresentada a proposta de mapa de pessoal do Município para o ano de 2018, a qual inclui:

I – A caracterização dos postos de trabalho por Divisão;

II – A identificação das competências por posto de trabalho;

III - Conforme previsto em Orçamento, o valor para as despesas com pessoal no ano de 2018 será de 3.160.934,00€ (incluindo 3.059.974,49€ relativos a remunerações e o restante com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previsto, e não ocupados).

A proposta foi enviada antecipadamente a todos os membros.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o sr. Presidente da Mesa colocou à votação, sendo a proposta aprovada, por maioria, com dezanove votos favoráveis e uma abstenção da sr^a. Joana Carreiras.

6. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA 2018:

O sr. Presidente da Assembleia colocou à discussão a seguinte proposta:

“Estabelecem a alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º e o n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais), que o município tem direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa ao rendimento do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no art.º 1.º do art.º 78.º do Código do IRS.

PROPOSTA - Fixação da percentagem de 5%.”

Não havendo intervenções, o sr. Presidente da Mesa passou à votação, verificando-se a aprovação por unanimidade, da percentagem proposta.

7. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMI PARA 2018:

Pelo sr. Presidente da Mesa foi colocado à discussão a seguinte proposta (remetida antecipadamente a todos os membros):

“Competindo ao município fixar anualmente as taxas a aplicar no Imposto Municipal sobre Imóveis, conforme refere o art.º 112.º do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro).

PROPOSTA - fixação das seguintes taxas:

Prédios rústicos – 0,8%;

Prédios urbanos – 0,3%”

Usando da palavra a sr^a. Presidente da Câmara referiu que a proposta é idêntica aos anos anteriores e realçou que as taxas propostas são as mínimas.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o sr. Presidente colocou à votação, sendo aprovada, por unanimidade.

8. TAXA DE DERRAMA PARA 2018:

Submetida uma proposta da Câmara Municipal em que nos termos do n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais), propõem a aprovação de lançamento de derrama, nas seguintes taxas:



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

- 0,50% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€.
- 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a 150.000,00€.
- Isentar de derrama as empresas que se fixem no concelho e que criem pelo menos três (3) postos de trabalho.

Solicitaram a palavra:

- Sr.^a *Maria Manuel* questionando sobre o prazo da isenção;
- Sr. *Tomás Calhau* solicitando informação sobre o valor recebido durante o corrente ano,
- Sr. *Manuel Cabeça* questionando se a isenção prevista se destina só a empresas que se fixem ou também se incluem as que venham a ser criadas.

A sr.^a Presidente esclareceu que a proposta de isenção é para o ano de 2018, sem prejuízo de vir ser considerada em anos seguintes, quando ao valor recebido até à presente data, foi de 90.000,00€. Informou ainda que a isenção destina-se tanto a empresas que se venham a fixar como para as que sejam criadas no concelho.

Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta sendo a mesma aprovada, por unanimidade.

9. ADITAMENTO À TABELA DE TAXAS:

Considerando que a Tabela de Taxas em vigor no Município de Arraiolos é omissa quanto à Taxa Municipal de Direitos de Passagem determinada pelo artigo 106.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, com redacção conferida pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro;

A TMDP constitui receita do município nos termos da alínea n) do art.º 14º do regime financeiro das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;

PROPOSTA:

"CAPÍTULO IX

Artigo 116.º-

A Taxa municipal de direitos de passagem Nos termos do disposto no artigo 106.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, com redacção conferida pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, o percentual



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município de Arraiolos, é aprovado anualmente, até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25% ."

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o sr. Presidente colocou à votação, sendo aprovada, por unanimidade.

10. PROPOSTA DE FIXAÇÃO, PARA O ANO DE 2018, DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

Apresentada à reunião a seguinte informação/proposta apresentada pela Câmara Municipal:

“Considerando que:

A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, (Lei das Comunicações Eletrónicas), que aprovou o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos, concede aos Municípios a possibilidade de, em caso de implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal, fixarem uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), nos termos e com os fundamentos constantes das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 106º, do referido diploma legal.

A TMDP é determinada com base na aplicação percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais do Município;

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do art.º 106º, do aludido diploma legal, torna-se necessário fixar, para o ano de 2018, a TMDP para a área do concelho de Arraiolos até ao máximo de 0,25% de cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas para os clientes finais do Município; O Regulamento n.º 38/2004, da responsabilidade do IPC-ANACOM, estabelece os procedimentos de cobrança e entrega mensais aos Municípios da TMDP.

PROPOSTA – Fixação da TMDP em 0,25% para o ano de 2018.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o sr. Presidente colocou à votação, verificando-se a sua aprovação, por unanimidade.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

11. ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO:

De acordo com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente o pedido de autorização da Câmara Municipal para a celebração dos acordos de execução de delegação de competências a celebrar com as Juntas e Uniões de Freguesias do Concelho, cuja transcrição foi dispensada em ata ficando arquivados na pasta auxiliar de atas/2017.

A sr.ª. Presidente da Câmara informou que os acordos de execução foram discutidos atempadamente, com os executivos de todas as freguesias.

Não havendo qualquer observação, o sr. Presidente da Mesa colocou a proposta da votação individualizada por cada Freguesia e União, verificando-se que os acordos foram aprovados, por unanimidade.

12. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO:

De conformidade com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, foi apresentado pedido de autorização da Câmara Municipal para a celebração de dois contratos interadministrativos com as Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho, um na área da educação e outro na área do abastecimento de água.

A sr.ª. Presidente da Câmara Municipal fez uma pequena introdução referindo tratar-se da renovação dos contratos aprovados no ano anterior, com as devidas adaptações dos encargos, tendo nos contratos na área do abastecimento de água sido incluído um valor para a distribuição das cartas/faturas mensalmente à exceção da freguesia de Vimieiro cuja distribuição é assegurada pelos funcionários do município. Salientou, ainda, que foram analisados e discutidos com as respetivas juntas e uniões de freguesia.

Não havendo qualquer observação, o sr. Presidente da Mesa colocou a proposta apresentada à votação individualizada por cada Freguesia e União, verificando-se a aprovação, por unanimidade.

Os contratos ficarão arquivados na pasta auxiliar de atas/2017.

Período de intervenção dos munícipes

Usando da palavra o sr. Presidente da Mesa referiu que dada a proximidade da quadra natalícia apresentou a todos os membros, secretariado e munícipe presente votos de Boas Festas.

De seguida, deu a palavra ao munícipe, sr. Caetano Alfaiate que felicitou todos os presentes pelo trabalho, desejando a todos votos de um Feliz Natal e de um Bom Ano de 2018.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Sr. Manuel Cabeça apresentou votos sinceros de um Feliz Natal e de um excelente ano 2018.

A sr^a. Presidente, em nome da Câmara Municipal, apresentou a todos um Feliz Natal e que 2018 traga grandes desafios que contribuam para um concelho melhor.

Minuta das deliberações: Aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelas 23,30 horas, da qual e para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada pela Assembleia, será assinada pela Mesa.

Serra